

Bové: espaço da agenda agrícola deve ser ONU e não OMC

Destacando que o comércio mundial no setor da agricultura abarca hoje menos de 10% da produção agrícola do planeta, o líder camponês francês José Bové defendeu, no Fórum Mundial da Reforma Agrária, que o lugar próprio dessa agenda está nas Nações Unidas, e não na OM

*Marco Aurélio Weissheimer- Agencia Carta Maior¹
6 de diciembre de 2004*

Uma das reivindicações centrais do movimento altermundista quanto à regulação do comércio mundial é a saída da Organização Mundial do Comércio (OMC) das negociações sobre o setor agrícola. Caso isso ocorresse, como se regularia então o funcionamento desse setor em nível global? Essa pergunta abriu a entrevista coletiva que o líder camponês francês, José Bové, concedeu na manhã desta terça-feira (7), em Valência, durante o Fórum Mundial de Reforma Agrária. A resposta do dirigente da Confédération Paysanne (Confederação Camponesa) recorreu a alguns números para tentar demonstrar que o universo internacional da produção agrícola é muito maior do que aquele que circula no espaço do comércio mundial.



Foto Confédération Paysanne

Segundo Bové, o comércio mundial no setor da agricultura representa hoje menos de 10% da produção agrícola do planeta. Ou seja, mais de 90% daquilo que é produzido no campo hoje é consumido nas próprias regiões de produção, acrescentou. Deste total, 70% são consumidos em um raio de 70 quilômetros, em torno dos locais de produção. Portanto, concluiu, a regulação do comércio internacional de produtos agrícolas é uma questão minoritária em relação ao conjunto da agricultura global. "É por isso que a agricultura do mundo não pode ser gerida por uma tal organização. A OMC não pode obrigar os países a abrir seus mercados agrícolas e impor um preço mundial. Ela não pode obrigar os países a destruírem suas políticas nacionais agrícolas em nome de um mercado global", defendeu.

A soberania alimentar e o papel da ONU

A partir dessa resposta, Bové defendeu que as discussões sobre as negociações comerciais devem ocorrer no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de princípios fundamentais já reconhecidos e aprovados pela entidade, como o da soberania alimentar. Considerando esse princípio como um direito fundamental dos povos, o ativista francês sustentou que nem a OMC, nem qualquer outra instituição internacional que não seja a ONU, está hoje em condições de fixar regras de comércio mundial respeitando a idéia da soberania alimentar, que protege as produções e os produtores locais. E enfatizou: "é preciso que os países tenham consciência da importância desse direito para suas próprias populações para que possamos enfrentar adequadamente o tema das negociações da OMC".

¹ Cobertura jornalística realizada com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil

Bové destacou ainda o papel que o movimento campestre internacional vem desempenhando no enfrentamento da agenda da Organização Mundial do Comércio. Desde o início, lembrou, pequenos agricultores de vários países estão na linha de frente deste combate. "Por duas vezes já, em Seattle e em Cancun, com a ajuda de países do Sul, conseguimos barrar as negociações da OMC e suas pretensões sobre os mercados agrícolas. Hoje, o tema da agricultura diz respeito ao conjunto dos países do mundo e é preciso lembrar a todos que os camponeses representam hoje cerca de 50% da população do planeta", disse ele, identificando já a agenda para a próxima reunião de cúpula da OMC, marcada para Hong Kong.

"Buscaremos formar uma ampla aliança internacional para enfrentar o tema da agricultura e as pretensões da OMC quanto à abertura desses mercados. Além disso, vamos trabalhar também nos setores dos serviços e dos investimentos - outras duas agendas centrais da Organização Mundial do Comércio -, procurando explorar as contradições internas inerentes ao atual sistema internacional de comércio. É importante lembrar que, nas negociações da OMC é preciso que haja um consenso sobre um conjunto de pontos para que haja acordo. Nosso desafio é explorar as contradições que vêm impedindo esse consenso até agora", resumiu.

O tema da Constituição Européia

José Bové também falou sobre o debate em torno do projeto da Constituição Européia, declarando sua oposição ao atual texto do tratado constitucional. Esse texto, segundo ele, inscreve de maneira profunda o neoliberalismo na Europa por pelo menos 50 anos. "A lógica do livre mercado aparece claramente já nos primeiros artigos do texto e aceitar essa lógica significa aceitar a destruição da idéia de uma Europa social", afirmou. Quanto à questão agrícola, Bové observou que a terceira parte do tratado constitucional, que regula todos os acordos comerciais, retoma os termos do Tratado de Roma, de 1958, inscrevendo a Europa em uma lógica produtivista selvagem que não leva em conta a qualidade dos alimentos nem a questão ambiental.

Já é grave, defendeu ainda, que essas questões integrem o texto de um projeto de Constituição. "Essas especificações sobre o funcionamento do comércio são inaceitáveis para um tratado constitucional que deveria ter como objetivo fundamental a fixação de regras para o funcionamento democrático da sociedade". Como está hoje, acrescentou, significa basicamente a aceitação das regras da OMC. "É por isso que, ao mesmo tempo em que dizemos não ao texto do atual tratado, dizemos não também à proposta da nova Política Agrícola Comum européia (PAC), que segue a mesma lógica", acrescentou, apontando um dado sobre os efeitos negativos dessa lógica na Europa. "No último ano, nos países que integram a União Européia e em que essas políticas são aplicadas, assistimos ao desaparecimento de 200 mil unidades agrícolas. Uma a cada três minutos. E para os novos países que estão entrando, essa destruição será ainda maior, despejando milhares de camponeses no mercado de trabalho, em condições extremamente precárias", resumiu.

Transgênicos: uma batalha perdida?

Indagado por um jornalista espanhol se o tema dos transgênicos representava uma batalha perdida, Bové respondeu prontamente: "a única batalha perdida é aquela

batalha que nos recusamos a começar". Em seguida, perguntou aos jornalistas presentes à coletiva se eles sabiam qual é a atual área de plantio de transgênicos no mundo. Diante do silêncio da imprensa, Bové disse, citando dados da FAO, que hoje apenas 0,6% da terra cultivada no mundo utiliza organismos geneticamente modificados. Por isso, sustentou, é preciso relativizar a importância dos transgênicos na agricultura mundial. Na Europa, segundo ele, há muitos poucos países que vêm desenvolvendo, em grande escala, culturas transgênicas. Uma exceção é a Espanha, onde já há 50 mil hectares de transgênicos cultivados.

A reduzida área de plantio transgênico no mundo ajuda a entender, advertiu Bové, a ofensiva das grandes transnacionais de sementes sobre os mercados agrícolas. "Assistimos hoje a um discurso dessas empresas que tentam vender a idéia de que os cultivos transgênicos difundiram-se pelo mundo todo e que, portanto, não há razão para se opor a eles. É óbvio que seu objetivo é ampliar essa área e aumentar seus lucros. Essa estratégia está baseada obviamente na questão das patentes, que fazem com que os agricultores percam o direito de usar suas próprias sementes. O objetivo, então, é controlar o mercado de sementes do planeta. É por isso que, no âmbito da OMC, nós lutamos também contra o patenteamento de seres vivos, sejam vegetais, animais ou organismos de origem humana", explicou. Na França, somente neste verão, disse ainda Bové, nós destruimos mais de 80% das superfícies de provas dessas empresas. Surgiu um movimento que já reúne milhares de pessoas, chamado 'Colheitadores voluntários', que está bastante engajado nesta luta contra os transgênicos e suas empresas, informou.

Críticas a Israel e ao muro

Por fim, Bové fez duras críticas ao governo de Israel que, segundo ele, vem patrocinando uma política de confisco de terras palestinas com o objetivo deliberado de impedir que esse povo tenha um território e, portanto, uma nação. A construção do muro nos territórios ocupados, acrescentou, representa uma radicalização dessa política e tem como um de seus objetivos destruir a capacidade agrícola dos palestinos, impedindo-os de cultivar de suas terras, de ter um território. O ativista francês, que esteve recentemente na área, contou que os camponeses palestinos são obrigados a apresentar seus títulos de propriedade para passar nos postos de controle. Ocorre que muitas terras estão sendo cortadas pelo muro e os palestinos estão perdendo seus títulos de posse. Impedidos de plantar, suas terras estão sendo confiscadas pelo governo de Israel.

Outro problema, acrescentou, é que apenas o detentor do título de posse pode entrar nas terras. Assim, na época de colheita, por exemplo, somente quem detém o título da propriedade pode entrar na terra, o que inviabiliza completamente o trabalho dos agricultores. Trata-se, portanto, concluiu, de uma clara estratégia para impedir que os palestinos tenham terra e território.

No final da coletiva, um jornalista perguntou a Bové o que ele achava do apelido que ganhou na França, o Asterix da antiglobalização. Sorrindo, respondeu que se fizermos a comparação com a história de Asterix quem está cercado entre muros é a OMC e quem está do lado de fora é o povo. "É exatamente o contrário da situação de Asterix", brincou.